



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC**  
**RUA DA MATRIZ Nº53**  
**89.898.000 – TUNÁPOLIS –SC**

**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC**

**Processo de Compra Nº.: 06/2021**

**Pregão Presencial nº: 03/2021**

**Data Emissão: 04/03/2021**

**Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por lote**

### **01 – PREÂMBULO:**

**1.1** - A CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por **LOTE** conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, na secretaria da Câmara de Vereadores de Tunápolis, estabelecido na Rua da Matriz –Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até **as 08:30h do dia 18 de março de 2021** iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

### **02 – DO OBJETO:**

**2.1** – A presente Licitação tem por objeto a **aquisição EQUIPAMENTOS, E SUA DEVIDA INSTALAÇÃO E DEMAIS MATERIAIS INERENTES DESTINADOS PARA TRANSMISSÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC**, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

2.1.1 A licitante deverá realizar Visita técnica no local para verificar detalhes sobre a instalação no prédio da Câmara de Vereadores Municipal de Tunápolis;

2.1.2 Os equipamentos deverão ser instalados na CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, estabelecida na Rua da Matriz, nº 53, Centro deste Município e, por suas características especiais e necessidades de adaptação aos espaços disponíveis necessitam por parte do proponente interessado **VISITA AO LOCAL** e informações detalhadas com os responsáveis.

2.2. A descrição técnica, e quantitativa dos itens licitados estão expostos no anexo I.

2.2.41 A Licitante deverá comprometer-se em montar, instalar e configurar, bem como fornecer todos os materiais necessários para as instalações dos equipamentos constantes no anexo I.

2.2.3 O vencedor do certame deverá realizar toda a instalação dos equipamentos conforme solicitação da câmara de vereadores sem custos adicionais, inclusive a instalação de programas necessários para a transmissão da sessão plenária.

### **2.3 DA FORMA DE EXECUÇÃO**

2.3.1 Os equipamentos deverão ser entregues e devidamente instaladas em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

2.3.2 O Licitante vencedora deverá realizar a entrega e instalação observando:

2.3.3 Entregar e realizar a entrega e devida instalação na CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS estabelecida na Rua da Matriz, Centro, nº 53, Tunápolis/SC, centro, em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento, sem a exigência de quantidade mínima e sem a cobrança de custos adicionais,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



dentro dos prazos estabelecidos.

2.3.4 O proponente vencedor deverá trocar os equipamentos quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação, sem a cobrança de custos adicionais.

2.3.5 O vencedor do certame deverá realizar toda a instalação dos equipamentos sem custos adicionais, inclusive a instalação de programas necessários para a transmissão da sessão plenária.

2.3.5 o vencedor do certame deverá se fazer presente na primeira sessão após a instalação dos equipamentos para verificar o funcionamento da transmissão e ajutar eventuais falhas que possam surgir.

### **03-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO:**

3.1-Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.2-Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3 -Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.

3.4-Estrangeiras que não funcionem no País.

3.5-Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Tunápolis, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87, da Lei nº 8.666/93).

3.6-Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.7-A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

### **3.8. - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**3.8.1 Conforme estabelece a Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovaram o enquadramento no credenciamento.**

3.8.2 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, da Lei Complementar 147/14, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.8.3 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/14, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo esta, assinada pelo administrador da empresa e pelo contador responsável, conforme modelo anexo IV.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



c). Não havendo 03(três) empresas MPES habilitadas para o certame, será aberto espaço para o credenciamento para as demais empresas e cooperativas que não se enquadram nos benefícios da LC 123/06 e LC147/14.

d) Em caso de não haver outros interessados para participar do processo, o certame será realizado com qualquer número de empresas.

3.8.4 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

#### **04 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO:**

4.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a pregoeira receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, até as 08:30h do dia 18 de março, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

**A) PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2021  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS  
ENVELOPE Nº 01 – Proposta Comercial**

**B) PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2021  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS  
ENVELOPE Nº 02 – Documentação**

4.2 Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

4.3 A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se a Pregoeira e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação.

##### **4.3.1 Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:**

- Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (acompanhado de todas as alterações, ou consolidado), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- Cópia da cédula de identidade;
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

##### **4.3.2 Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar.**

- Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo II deste Edital devidamente autenticado em Cartório;
- Cópia da cédula de identidade;
- Cópia do ato constitutivo ou contrato social (acompanhado de todas as alterações, ou consolidado);
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

4.3.3- A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

4.3.4 A empresa também deverá apresentar no credenciamento fora dos envelopes, atestado de visita Técnica emitido pela Câmara Municipal de Vereadores.

4.3.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

4.3.6 A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

4.3.7 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

4.3.8 Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

4.3.9 Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

## 5 DA PROPOSTA COMERCIAL:

**5.1** - A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) Emitida de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) Conter Razão Social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do **ANEXO I**, com sua respectiva **marcas** bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre o preço unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. **Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente (2) duas casas decimais após a vírgula nos valores unitários e nos totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.**

d) A proposta poderá ser apresentada também GRAVADA EM CD OU OUTRO MEIO MAGNÉTICO, através do Programa Betha Autocotação e, este deverá estar INCLUSO NO ENVELOPE DA PROPOSTA. A não apresentação de meio magnético não desclassifica o licitante.

e) Conter prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

**5.2** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**5.3 A Pregoeira** considerará como formal os erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

#### **5.4 DA GARANTIA DO OBJETO**

5.4.1 A Licitante deverá apresentar certificado de garantia, junto com a proposta de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até **30min (trinta minutos) minutos**, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. (NOS ORÇAMENTOS JÁ PEDIA ISSO).

#### **06 – DA HABILITAÇÃO:**

No envelope nº 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

##### **6.1 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

**Obs.:** - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

- A Pregoeira e a Equipe de Apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

- Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



## 6.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.2.1 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida no sistema E-PROC(NOVO) (Para empresas sediadas no Estado de Santa Catarina).

6.2.2 Certidão de Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida no sistema SAJ; (Para empresas sediadas no Estado de Santa Catarina).

6.2.3 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial válida em seu estado. (Para empresas sediadas nos demais estados).

## 7- DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

7.1- Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes, sendo que esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a procuração ou carta de credenciamento, **porém fora dos envelopes.**

7.2- Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o **MENOR PREÇO LOTE** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme **ANEXO I** do Edital.

7.3- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 – Não será permitido o uso do telefone celular, notebook ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão de lances, haja visto que exige-se do representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame, desta forma deverão vir os representantes munidos com seus lances mínimos.

7.5- No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.6- A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de **duas casas após a vírgula**. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

7.7- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



manifestarem seu desinteresse em apresentar novoslances.

**7.8** – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**7.8.1** – O empate mencionado no *caput* deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

**7.8.1.1**– A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 07.8.1, será convocada pela Pregoeira, para no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objetolicitado.

**7.8.1.2**– Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 7.8.1, na ordem classificatória para o exercício do mesmodireito.

**7.8.1.3**– Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 07.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.8.1.4**– Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

**7.8.1.5**– Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

**7.9**- Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. A Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no **ANEXO I** a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

**7.10**- Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

**7.11**- Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter o melhor preço.

**7.12**-As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da **regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**7.12.1**– Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº123/2006).

**7.12.2**– A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.13**- Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

**7.14**- Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## **8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

8.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias ÚTEIS para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias ÚTEIS para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.

8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DA HOMOLOGAÇÃO**

9.1 Após a declaração do vencedor da licitação e, decorrido o decurso do prazo para manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, como também após a apreciação destes, o Processo Licitatório será remetido à autoridade competente para o ato de homologação.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



## 10. DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1 A empresa contratada deverá atender em no máximo em 30 (TRINTA) minutos as solicitações para as providências relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

10.2. -Obedecendo ao Princípio da Economia, a Administração Pública limitará a participação de empresas nesse certame à localização de uma distância de um raio de até 40Km (quarenta quilômetros) da Câmara Municipal de Vereadores, evitando, desta forma, um deslocamento muito grande de equipamentos (quando necessário) para a prestação dos serviços ora licitados, o que se justifica pela economia de valores monetários e de tempo de ausência dos Equipamentos nos serviços administrativos.

10.3 -Em atendimento ao princípio da igualdade de oportunidade, mas preservando o princípio da economicidade na execução dos atos da administração, as empresas localizadas fora da distância máxima de um raio de 40Km da Câmara Municipal de Vereadores, e que desejarem participar deste processo licitatório, deverão se responsabilizar pelo custo do transporte dos Equipamentos até suas instalações e de suas instalações até o Fundo Municipal da Saúde.

### 10.4 – A EMPRESA DEVERÁ:

10.4.1 Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

## 11. PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

11.1. A Câmara de vereadores pagará ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos Equipamentos, ou materiais com a efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) **REGULARIZADA**, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

11.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

11.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

## 12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (5,228) da Câmara do ano de 2021.

## 13– DO PRAZO DE ENTREGA:

16.1. Os equipamentos desta licitação, a licitante vencedora deverá entregar em até 8(oito dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento, na Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista–CNDT) **REGULARIZADA**, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55,XIII).

13.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

13.3. –A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis terá até 5 dias (cinco) após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, para inspecionar os equipamentos entregues. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

13.4. - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

13.5. – A câmara de Vereadores de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

13.6. – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

13.7 Os equipamentos deverão ser entregues e devidamente instalados em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

13.8 O Licitante vencedora deverá realizar a entrega e instalação observando:

13.8.1 Entregar e realizar a entrega e devida instalação na CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS estabelecida na Rua da Matriz, Centro, nº 53, Tunápolis/SC, centro, em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento, sem a exigência de quantidade mínima e sem a cobrança de custos adicionais, dentro dos prazos estabelecidos.

13.8.2 O proponente vencedor deverá trocar os equipamentos quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação, sem a cobrança de custos adicionais.

13.8.3 O vencedor do certame deverá realizar toda a instalação dos equipamentos sem custos adicionais, inclusive a instalação de programas necessários para a transmissão da sessão plenária.

13.8.4 o vencedor do certame deverá se fazer presente na primeira sessão após a instalação dos equipamentos para verificar o funcionamento da transmissão e ajutar eventuais falhas que possam surgir.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

14.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

14.2. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



14.3. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase de licitação.

14.4. Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5. Ao receberem cópia deste Edital os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

14.6. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3632.1122 com o responsável setor de Compras.

Tunápolis, SC., 03 de março de 2021

**ALOÍSIO JOSÉ LEHMEN**  
PRESIDENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS**

**PROCESSO DE COMPRA N°.: 06/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL N°:**

**03/2021 ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QDT.	CUSTOS	
				Unitário MÁXIMO	Global
01	Câmera para vídeo streaming Full HD 1080p (1920 x 1080 pixels) 30fps com pan suave motorizada, tilt e zoom $\pm 90^\circ$ , pan $\pm 35^\circ / 45^\circ$ inclinação . Campo de visão diagonal de pelo menos $90^\circ$ , Horizontal $82^\circ$ e Vertical $52^\circ$ , Zoom óptico 10x com alta definição e foco automático com 3 predefinições da câmera, além do botão posição inicial. LED para indicação de streaming ativo. Possuir conexão usb com cabo de três metros com conexão para adaptador de alimentação + adaptador de alimentação com plugs inclusos. Software compatível com Windows 7, 8.1 ou 10. Ajuste de inclinação, direção e zoom por controle remoto com alcance mínimo de 5metros, incluso com o equipamento. Garantia de 1 ano	Un	01	<b>6.790,00</b>	<b>6.790,00</b>
02	Cabo extensor usb 3.0 de alta velocidade amplificado ativo de 15 ( quinze) metros	Un	01	<b>679,00</b>	<b>679,00</b>
03	Serviço de instalação e configuração, incluso suporte de teto para fixação/instalação da câmera, tomada e outros materiais necessários de maneira que a câmera possa ser facilmente removida e transportada para eventual uso em outro local.	Un	01	<b>440,00</b>	<b>440,00</b>
TOTAL GERAL					<b>R\$ 7.909,00</b>





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS**  
**PROCESSO DE COMPRA N.º: 06/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º: 03/2021**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Câmara de Vereadores de Tunápolis, na modalidade Pregão Presencial n.º **03/2021**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Credenciante



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS**  
**PROCESSO DE COMPRA N°.: 06/2021**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°: 03/2021**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n° 03/2021 da Câmara de Vereadores de Tunápolis - SC, *que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no editalconvocatório.*

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS**

**PROCESSO DE COMPRA N°.: 06/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL N°: 03/2021**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA**

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos produtos, objeto da presente licitação, modalidade **Pregão Presencial n° 03/2021** acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Especificação Produto	Un d	Qtidade	Marca	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
1						
2						
3						

**Valor total da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ por extenso \_\_\_\_\_).**

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**\* Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.**

**\* VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

**PRAZO DE ENTREGA:** \_\_\_\_\_

**DATA:** .../.../.....

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS**

**PROCESSO DE COMPRA N°.: 06/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL N°: 03/2021**

**ANEXO V**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)

\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº

\_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

**MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.**

**EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

(assinatura do Contador)

OBSERVAÇÃO:

**Assinalar com um “X” a condição da empresa**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



## CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 06/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 03/2021**

### ANEXO VI

#### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATANTE:** A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, SC, com sede na Rua da Matriz nº 53, Centro, na cidade de Tunápolis, SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.063.493/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. ALOISIO JOSÉ LEHMEN, brasileiro, convivente, portador do CPF sob nº 025.927.799-14, residente neste Município de Tunápolis-SC, doravante denominada CONTRATANTE.

**CONTRATADO:** O vencedor do certame.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 06/2021 e Pregão Presencial nº 03/2021.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

**1.1** O objeto do presente contrato tem por objeto a aquisição de **EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS PARA TRANSMISSÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC**, de acordo com os quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.**

**2.1.A** Câmara Municipal de Vereadores pagará ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos Equipamentos devida instalação e perfeito funcionamento com a efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) **REGULARIZADA**, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

**2.2** A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

**2.3** Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

#### **3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.**

**3.1** Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### **4 CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

**4.1** Os equipamentos desta licitação, a contratada deverá entregar em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento, na Rua da Matriz, nº 53, centro, deste Município. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



FGTS –

CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) **REGULARIZADA**, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.2– A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3- em até 5 dias após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4– Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5– A Câmara de Vereadores de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6– O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.7- O Licitante vencedora deverá realizar a entrega e instalação observando:

4.7.1 Entregar e realizar a entrega e devida instalação na CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS estabelecida na Rua da Matriz, Centro, nº 53, Tunápolis/SC, centro, em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento, sem a exigência de quantidade mínima e sem a cobrança de custos adicionais, dentro dos prazos estabelecidos.

4.7.2 O proponente vencedor deverá trocar os equipamentos quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação, sem a cobrança de custos adicionais.

4.7.3 O vencedor do certame deverá realizar toda a instalação dos equipamentos sem custos adicionais, inclusive a instalação de programas necessários para a transmissão da sessão plenária.

4.7.4 o vencedor do certame deverá se fazer presente na primeira sessão após a instalação dos equipamentos para verificar o funcionamento da transmissão e ajutar eventuais falhas que possam surgir.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº06/2021e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte da Câmara, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os itens objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.



## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

6.1 A Câmara de Vereadores de Tunápolis obriga-se adquirir os objetos do contrato acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

## **7CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (3) da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

## **CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA DO OBJETO**

8.1 A Licitante deverá apresentar certificado de garantia, junto com a proposta quando couber, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

8.2 Os fornecedores dos equipamentos deverão descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante e todo o suporte necessário à solução de problemas e intermediação com o fabricante e distribuidor para solução rápida de alguma dificuldade.

## **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.**

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2021, iniciando na data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.**

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) Por acordo entre as partes;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.**

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- c) Declaração de inidoneidade;
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO COMPETENTE.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis– SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



**Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis**

Contratado